



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**PROJETO DE LEI Nº 177/2023**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS  
SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E  
TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**EMENDA**

Vereador Wellington Miranda Passos

**Art 1º.** Fica o executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 15% (quinze por cento) da despesa fixada, destinado a cobertura da despesa com projeto de atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**Art 1º.** Fica o executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 5% (cinco por cento) da despesa fixada, destinado a cobertura da despesa com projeto de atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e Artigo 41 da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de setembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário. que passará a vigorar com a seguinte redação:

**Art 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**WELLINGTON MIRANDA PASSOS - WG**





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

PROJETO DE LEI Nº 11/2023

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o art. 167, inciso V, da Constituição Federal, é vedado ao Poder Executivo promover “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”

Para além disso, o art. 167, VII, Constituição Federal, estabelece que é vedada “a concessão ou utilização de créditos ilimitados.”

No que tange à constitucionalidade da presente proposição, não procede a alegação de violação ao princípio da separação de poderes por ofensa à reserva de iniciativa legislativo do Chefe do Poder Executivo. Isso porque, o Prefeito Municipal apresentou o projeto de lei orçamentária anual e a Câmara Municipal poderá aprovar emendas, o que é absolutamente possível!

A abertura de créditos suplementares já ultrapassou todos os limites considerados legais e razoáveis pelo tribunal de contas, onde se deixarmos ultrapassar, estaremos verdadeiramente dando carta branca ao Executivo para utilizar as receitas e despesas sem qualquer controle e demasiadamente desproporcional o percentual acima desse valor anualmente.

Atenciosamente

Gabinete do Vereador

---

**WELLINGTON MIRANDA PASSOS - WG**